

(razoável à pergunta dos alunos sobre a razão de estudar cada conteúdo) isso sinaliza um "sistema defeituoso" (p.43).

Deve-se tentar superar a contradição entre a teoria e a prática e retomar a relação entre o saber e o fazer, pois, conforme Castoriadis, nas palavras de Córdova,

"A práxis se diferencia de todas as práticas manipuladoras, nos planos macro e micro, é busca de lucidez que não se confunde com o saber preestabelecido como sistema de verdades dadas de uma vez por todas: somente o fazer faz falar o mundo" (p. 44).

Podemos, assim, entender a práxis como sendo ação consciente do indivíduo sobre a realidade, onde há união da teoria com a prática, com vistas à transformação. O conhecimento, é, assim, construído pela ação do sujeito sobre o objeto uma vez que não existe conhecimento sem criação, sem ação efetiva do sujeito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CÓRDOVA, Rogério de Andrade. "Imaginário social e educação: criação e autonomia". *Em Aberto*, Brasília, n° 61, jan/mar. 1994, pp. 24-43.
- FEBVRE, Lucien. *Combates pela História*. Lisboa: Presença, 1958.
- GARCIA, Leonidas F. *Estudos de História*. Goiânia: Ed. UFG, 1994.
- KAUER, Ligia. "Educação matemática como formação necessária à cidadania". *Educando para a Cidadania*. Porto Alegre, 1992.
- LELLIS, Marcelo & IMENES, Luiz Marcio. "O ensino da matemática e a formação do cidadão". *Temas e Debates*, n° 5, 1994, pp. 9-13.
- MACHADO, Nilson José. *Semelhança não é mera coincidência*. 5 ed. São Paulo: Scipione, 1994.
- MOREIRA, Flávio Moreira e SILVA, Tomaz Tadeu da (orgs.). *Currículo, Cultura e Sociedade*. São Paulo: Cortez, 1995.
- PEREIRA, Luzia Ribeiro. *Da memorização ao raciocínio histórico: O ensino de História na escola de 1º Grau*. Belo Horizonte: UFMG, FAE, 1987. (Dissertação de Mestrado em Educação).

O INSUSTENTÁVEL DISCURSO DA SUSTENTABILIDADE

Paulo Rogério Vargas*

*"A idéia de que, ao buscar-se um desenvolvimento sustentável, hoje, está-se, ao menos implicitamente, pensando em um desenvolvimento capitalista sustentável, ou seja, uma sustentabilidade dentro do quadro institucional de um capitalismo de mercado. No entanto, (...) o conceito corre o risco de tornar-se um conceito vazio, servindo apenas para dar uma nova legitimidade para a expansão insustentável do capitalismo."***

Resumo. Este texto procura fazer uma análise sobre o novo discurso do desenvolvimento sustentável, enquanto proposta de conciliação entre preservação ambiental e desenvolvimento econômico e social, a partir da perspectiva colocada pelo processo de globalização da economia mundial, hoje em curso, entendido este enquanto redefinição e reacomodação do padrão de acumulação, valorização e reprodução do modo de produção capitalista.

Palavras-chave: Globalização. Competitividade. Capitalismo. Desenvolvimento Sustentável. Acumulação de Capital.

* Bacharel em Ciências Econômicas; Mestrando em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC; Professor da Fundação Alto Taquari de Ensino Superior - FATES e Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC.

** STAHEL, André Werner. "Capitalismo e Entropia: os aspectos ideológicos de uma contradição e a busca alternativas sustentáveis." In *Desenvolvimento e Natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. CAVALCANTI, Clóvis (org.). São Paulo, Cortez; Recife, PE - Fundação Joaquim Nabuco, 1995, 429 p.

1. Introdução

Uma discussão colocada na ordem do dia entre intelectuais, governantes e grande parte da opinião pública mundial, diz respeito à necessidade (possibilidade) de conciliação entre desenvolvimento econômico e social e preservação da diversidade ambiental. Ou seja, como pode ser resolvida a questão da readequação do atual ritmo de crescimento da economia capitalista que, por ocorrer de maneira "exponencial e desordenada" acarreta problemas catastróficos nos "fundamentos naturais da vida".

Para isso, propugnam alguns a construção de uma nova concepção e de um novo tipo de capitalismo enquanto modelo de desenvolvimento. Sob um ponto de vista mais amplo, clama-se por uma "nova organização social desenvolvimentista", em bases modernizantes, a partir da análise de suas diferentes dimensões, quais sejam: social, econômica, política, cultural e (aqui a novidade da atual proposta) ambiental. A esta nova perspectiva, a esta nova possibilidade que se abriria às sociedades modernas é que dá-se, então, o nome de "desenvolvimento sustentável".

Por essa via, então, vê-se que hoje já não basta entender-se desenvolvimento de um ponto de vista e de um caráter puramente economicista, sem se levar em conta as demais variantes, que possam influenciar ou ser influenciadas por este desenvolvimento. Assim, hoje, a problemática da preservação ambiental coloca-se como uma das preocupações mais emergentes dentro desta nova problematização do desenvolvimento enquanto processo.

Isto se dá na medida em que o contexto recente torna-se amplamente profícuo para que se discuta e se elabore um *novo tipo* de padrão desenvolvimentista. Dadas as crescentes evidências postas e repostas pelo custo ambiental, ligadas ao desenvolvimento industrial vigente, aliadas à queda da renda no setor agrícola, à má distribuição de alimentos e à depleção dos recursos naturais, urge que se repense toda a problemática desenvolvimentista.

Contudo, deve-se contextualizar historicamente esta nova proposta de um "admirável mundo novo", com o entendimento da dinâmica atual de reprodução e expansão do modo capitalista de produção pois é fundamental não se esquecer que, qualquer proposta de mudança deverá se dar dentro dos ditames e das leis inerentes a este sistema econômico, hoje hegemônico.

Isto é o que propõe, portanto, o trabalho que a seguir se apresenta.

2. Competitividade e sustentabilidade: as duas faces da "moeda global"

A nova dinâmica de expansão e reprodução do sistema capitalista mundial hoje em curso, denominada de processo de globalização econômica, produtiva e financeira, parte da idéia de que "o mundo ficou menor, sem barreiras". Assim, "intensifica-se a hegemonia do mercado contra o Estado, o domínio da economia sobre a política e contra a sociedade". Isto, em última instância, é resultado da crise por que passa a "antiga" Ordem Monetária e Financeira Internacional.

Dentro deste perspectiva, pois, pode-se afirmar que o processo de globalização é uma nova fase pela qual está passando o sistema capitalista mundial, envolvendo aspectos monetários, financeiros, patrimoniais, tecnológicos, culturais e ambientais, e que irão influir decisivamente na nova ordem econômica que aos poucos se afirma.

Este processo é, também, entendido como uma nova dinâmica de integração de diferentes mercados, enquanto forma de enfrentamento de uma nova etapa de articulação de capitais em escala planetária, estando alicerçado sobre dois pressupostos básicos, aparentemente contraditórios, porém complementares e funcionais à nova ordem que se afirma: por um lado, a necessidade de consecução de um novo padrão de competitividade a nível das nações e das empresas, enquanto condição de inserção destas aos ditames de um mercado transnacionalizado; por outro, a possibilidade de construção de todo um novo processo de regionalização das instâncias de atuação dos elementos cotidianos indispensáveis à reprodução da vida dos homens, consigo mesmo e entre si, e que se caracteriza pela defesa dos recursos ambientais (naturais), sociais, políticos, econômicos e culturais, enquanto alternativa de sobrevivência ao *modus operandi* da nova era global.

É dentro desta perspectiva, pois, que define-se o processo de globalização como um novo fenômeno mundial de reestruturação produtiva da economia mundial (economia-mundo no sentido de WALLERSTEIN¹) e que se define,

¹ Segundo Wallerstein (apud DOLFUS, 1994, p. 24), sistema-mundo caracteriza-se como um conjunto - a humanidade de conjuntos. Os Estados em seus territórios e as sociedades humanas no desdobramento geográfico de suas culturas, de suas empresas e dos mercados nos seus espaços. Solidificou-se essa idéia a partir do momento em que todas as terras foram distribuídas entre Estados territoriais e seus prolongamentos coloniais. Todos os Estados dispõem dos mesmos atributos funcionais e simbólicos: uma bandeira, um hino, uma capital. Funcionam, ainda, com o princípio das três unidades de lugar, autoridade e finalidade no interior de suas fronteiras. Por fim, sistema-mundo consubstancia-se como

também, enquanto alteração do padrão hegemônico anterior de valorização, acumulação e reprodução do capital em termos de economia mundial.

Segundo SANTOS², a formação da economia mundial deu-se num lento processo histórico que remonta à formação dos primeiros impérios da antiguidade. Contudo, somente com a expansão marítima européia do século XVI pode-se falar do surgimento de uma verdadeira economia mundial, que passou a vincular os vários "universos" econômicos regionais num mercado mundial que se consolidou no século XIX, sob a hegemonia da Inglaterra enquanto potência industrial.

Até a Segunda Guerra Mundial, porém, os processos de produção tinham uma base essencialmente local ou nacional, utilizando, eventualmente, a importação de matérias-primas do exterior. A partir de 1945, já sob a liderança-hegemônica da economia norte-americana, a humanidade passou a assistir a um forte processo de integração de sistemas produtivos mundiais. No ocidente, as empresas multinacionais articularam um complexo sistema de produção a partir de diferentes partes do globo, realizando um gigantesco movimento de capital a nível internacional e expandindo os serviços e o mercado de capitais financeiros. Na Europa, o Mercado Comum Europeu começa a se articular comercialmente e, depois agrícola e industrialmente, iniciando a caminhada rumo a uma efetiva integração de serviços, monetária e financeira.

Todo este processo de expansão do capitalismo mundial, no que diz respeito à constituição das economias capitalistas em termos produtivos e nas relações de trabalho que lhes dão sustentação, dá-se a partir da denominada Segunda Revolução Industrial, baseada esta na eletricidade, motor a explosão, química orgânica e manufatura de precisão. A partir daí passa a ocorrer uma verdadeira onda de inovações tecnológicas levando a uma brutal transformação na base técnica do trabalho no caminho de uma alteração do padrão tecnológico, afirmando a hegemonia dos EUA, secundados pela Alemanha, no plano internacional.

dois campos que são diferentes: um internacional (fluxos normalizados e regulados pelas decisões dos Estados depois de negociações e entendimentos) e outro transnacional (espaço sem fronteiras, cujos fluxos atravessam todo e qualquer limite territorial sem serem verificados ou contabilizados).

² SANTOS, Theotônio dos. *Globalização e regionalização na economia mundial*. (s. d.) (mimeo).

A economia antes baseada no livre comércio e nas vantagens comparativas, agora será fundada no ideal do protecionismo. Ainda, ocorre um reordenamento, tanto a nível produtivo (no sentido de uma economia concorrencial para uma economia monopolista), quanto a nível social (rompimento com os pressupostos filosóficos do liberalismo clássico). Ressalte-se, aqui, que este novo reordenamento criou um descompasso entre um novo paradigma produtivo/tecnológico e as normas de consumo, bem como no que toca às relações salariais que lhe davam sustentação.

Assim, se antes houve uma internacionalização do capital, via aumento do comércio internacional, temos, agora, um mundo transnacionalizado economicamente em termos de um verdadeiro trasbordamento da esfera de valorização do capital, acima e por cima dos mercados nacionais, principalmente via uma subordinação do capital à dinâmica financeira de valorização.

Nesses termos, deve-se entender o novo padrão de competitividade, no qual estão imersos os diferentes capitais a nível mundial, como sendo a "capacidade da empresa de formular e implementar estratégias concorrenciais que lhe permitam conservar, de forma duradoura, uma posição sustentável no mercado" (COUTINHO & FERRAZ, 1994, p. 18 e FERRAZ et alii, 1996, p. 3. Grifo nosso).

É, então, a competitividade decorrente de um determinado padrão de concorrência, onde a dinâmica do processo concorrencial intra e intercapitalista de cada mercado quem determina a avaliação do grau do padrão competitivo. Isso determina que, "desempenho e eficiência resultam da capacitação acumulada, e capacitação acumulada pela empresa decorre das estratégias competitivas adotadas por esta mesma empresa, estratégias que são adotadas em função da interpretação que cada agente econômico faz do processo de concorrência, enfim, do ambiente econômico [no qual estão inseridas]." (BECKER, 1996, p. 15. Grifo nosso)

Dentro desse escopo, uma análise de qualquer setor produtivo resulta em identificar e avaliar os fatores determinantes da competitividade do setor em questão, fatores que dão forma e conteúdo ao padrão de concorrência do setor, que correspondem a um determinado padrão de concorrência. São fatores em constante movimento, mutáveis no tempo e que se ajustam às transformações na tecnologia, no ambiente econômico e, principalmente, na organização industrial. Isso ocorre porque a competitividade se plasma no âmbito do conjunto das empresas e das nações, tendo no mercado o seu verdadeiro espaço da concorrência intra e intercapitalista (FERRAZ et alii, 1996, p. 8 e 9).

Desta forma, portanto, novas condições de reprodução e valorização do capital determinam a exigência de que regiões diferenciadas que queiram inserir-se dentro da nova dinâmica competitiva, devem adequar este intento às necessárias transformações de cunho estrutural procurando, por essa via, criar as condições ambientais adequadas às necessidades do novo padrão competitivo.

Nessa linha é que BECKER (1996, p. 20) afirma que:

na condição de alternativa configurada e conformada pelo processo de valorização, cabe ao nacional, regional e local configurarem e conformarem ambientes econômicos diferenciados, favoráveis e atrativos aos capitais transnacionalizados.

Ainda:

Por esse caminho, torna-se refém do processo de reprodução do capital transnacionalizado. Nessa concepção de mundo, o humano, a cultura, o natural são vistos como recursos a serem usados bem como as múltiplas dimensões da vida são vistas como recursos a serviço da reprodução do capital. (BECKER, 1996, p. 21-22).

Isto se dá por que, conforme BECKER (1995, p. 1), uma das características marcantes do atual processo de desenvolvimento capitalista, diz respeito à existência de variados e diferenciados modelos de desenvolvimento. Desta forma, descortina-se a possibilidade de que se constituam novas instâncias, a nível regional (local) de decisão, sobre o destino do processo de desenvolvimento, dentro de suas mais diferentes nuances, quais sejam: econômicas, sociais, culturais, políticas, tecnológicas e, aquela que tem adquirido maior relevo do "novo" discurso da sustentabilidade, a *ambiental*.

Essa visão acerca do desenvolvimento contemporâneo vai determinar que a sociedade moderna enrede-se na teia do primado do econômico, a partir da qual prevalece a pura e simples "produção pela produção", atrelando a espécie humana ao processo mais geral de valorização do capital. Nesse sentido, BECKER (1995, p. 6) escuda-se em KURZ, quando esse afirma que:

Os recursos humanos e materiais (força de trabalho, instrumentos, máquinas, matérias-primas e materiais) deixam de ser simples componentes do

'metabolismo entre os homens e a natureza', que serve para a auto-reflexão das necessidades. Passaram a servir apenas auto-reflexão tautológicas do dinheiro como 'mais dinheiro'. Necessidades sensíveis somente podem ser satisfeitas, portanto, pela produção não sensível da mais-valia, que se impõe cegamente como produção abstrata, em empreendimentos industriais de lucro. A troca no mercado deixa de servir para a mediação social de bens de uso, servindo, ao contrário, para a realização de lucro, isto é, para a transformação de trabalho morto em dinheiro, e a mediação dos bens de uso passou a constituir somente um fenômeno secundário desse processo social que se realiza na esfera monetária.

Assim, dois aspectos fulcrais à vida humana vêm à baila nas discussões a respeito dos fatores de todo e qualquer processo desenvolvimentista: cultura e meio ambiente. Segundo BECKER (1995, p. 18):

Cultura enquanto produto das relações dos homens entre si e dos homens com a natureza local. E ambiente enquanto possibilitador ou limitador de uma inserção diferenciada de cada localidade no processo mundial de desenvolvimento, porque cultura e ambiente são duas faces de uma mesma moeda, processo [global] de desenvolvimento. (Grifo nosso)

Portanto, dentro desta perspectiva insere-se a discussão da sustentabilidade, ou *desenvolvimento sustentável*, enquanto nova possibilidade de "racionalizar" o desenvolvimento do sistema capitalista mundial.

3. O discurso da sustentabilidade

Segundo ALMEIDA (1995), a *ideologia desenvolvimentista*, a partir da década de 50, revigorada por princípios e teorias econômicas que vêem no Estado o centro motor da modernização, torna-se um componente fundamental da "civilização ocidental e da ciência social mundial" e confunde-se com a idéia de progresso que vigorou até a década de 30, também associada à idéia de crescimento econômico.

A noção de progresso, que “surge como princípio dos enciclopedistas do século XVIII e do positivismo do século XIX”, foi sempre entendido como um movimento para a frente, na direção do crescimento, da ampliação de conhecimento. Por isso, determinou-se que progresso fosse entendido enquanto “progresso das ciências, mas também como progresso social, no sentido das liberdades políticas e do bem estar econômico.” (ALMEIDA, 1995, p. 2 e 3).

Vê-se, pois, por essa via, que o termo desenvolvimento se beneficia de uma conotação claramente *positiva*, de “*pré-julgamento favorável*”. Assim, desenvolver-se é se dirigir na direção do *mais* e do *melhor*.

Aqui, segundo ALMEIDA, reside uma analogia com o desenvolvimento dos organismos biológicos pois, “se desenvolver é crescer, difundir potencialidades para atingir a maturidade” (1995, p. 3).

Subjaz, ainda, a essa noção de desenvolvimento, um caráter de universalidade, na medida que este erige-se como um *bem* para todos e todos os lugares devendo, portanto, ser aplicado de maneira uniformizante enquanto um modelo idêntico que “se propaga em detrimento de todas as diferenças de situação, de regime e de cultura.” (ALMEIDA, 1995, p. 3)

Por outro lado, esta perspectiva reduz a idéia de desenvolvimento à de modernização,

... ainda que a fronteira entre modernização e desenvolvimento [seja] pouco clara, [pois], na verdade, [modernização] indica a capacidade que tem um sistema social de produzir a modernidade; [desenvolvimento] se refere à vontade dos diferentes atores sociais (ou políticos) de transformar sua sociedade. (ALMEIDA, 1995, p. 3)

Na realidade, argumenta ALMEIDA, a ideologia desenvolvimentista leva ao conhecimento de múltiplas e diferenciadas vias de modernidade. Questiona o autor:

Não existiriam outras maneiras de defender a razão sem opor à tradição? Não se via também com o passado que se construiria o futuro, antes mesmo de se fazer tábula-rasa das aquisições devidas às culturas e tradições? E em relação ao meio ambiente e recursos naturais não-renováveis, não se poderia assumir uma

outra postura, mais conservacionista-preservacionista, induzindo à desenvolvimento e à exploração de uma [sociedade] mais sustentáveis? (ALMEIDA, 1995, p. 4)

Conclui o autor afirmando que, a grande questão que se coloca hoje diz respeito “à possibilidade de nascimento de um novo modo de desenvolvimento (...) que tenha uma base social, econômica, cultural e ambiental mais sustentável.” Verifica-se, desta forma, ser o contexto recente amplamente favorável para a discussão e elaboração de um novo conceito de desenvolvimento. As crescentes evidências do custo ambiental e do padrão desenvolvimentista industrial vigente, a exaustão ambiental, a queda da renda na agricultura, as insuficiências do pensamento clássico e dos debates contemporâneos acerca do desenvolvimento, dão contornos nítidos e precisos à nova e atual discussão acerca da construção de um novo paradigma desenvolvimentista a partir da noção de sustentabilidade.

Assim, hoje, a partir da perspectiva já adotada de análise do emergente processo de globalização da economia mundial, uma das questões que se coloca diz respeito justamente à esta possibilidade de que nasça um novo tipo de organização social, desenvolvida em bases sustentáveis, modernizadora e modernizada, com uma base social, econômica, cultural e ambiental mais sustentável.

Aliás, a respeito afirma NAVARRO³ (apud ALMEIDA, 1995, p. 4):

O contexto recente é amplamente favorável para a discussão e elaboração de um novo tipo de desenvolvimento. As crescentes evidências do custo ambiental do desenvolvimento industrial vigente, a crise ambiental, a queda da renda agrícola, a superprodução aliada à má distribuição de alimentos (decorrente das novas relações econômicas internacionais), as ‘rupturas recentes’ (demográficas, do modelo de agricultura familiar, a dissociação entre agricultura, território e meio ambiente), as insuficiências do pensamento clássico e dos debates contemporâneos

³ NAVARRO, Zander. *Desenvolvimento Rural Sustentável - uma introdução*. Palestra proferida no Encontro Regional sobre Tecnologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. Porto Alegre, 24 de julho de 1995.

acerca do desenvolvimento (anos 50 e 60) e a contribuição dos movimentos libertários e civis pós-68, são alguns elementos decisivos no debate atual sobre esta questão.

Será, então, para tentar-se romper com o modelo até então adotado, que surge a noção de Desenvolvimento Sustentável.

Diversas fases na elaboração do "novo" discurso do Desenvolvimento Sustentável, enquanto conceito alternativo de desenvolvimento, verificaram-se ao longo dos debates, tanto no mundo acadêmico quanto a nível institucional. Identifiquemos algumas.

3.1 A contribuição do Clube de Roma: a Tese dos limites do crescimento

No ano de 1972 Dennis L. Meadows e um grupo de pesquisadores publicaram um estudo intitulado *Limites do Crescimento*⁴. No mesmo ano aconteceu a conferência sobre o ambiente humano, em Estocolmo. Essas publicações foram resultados de debates estabelecidos acerca dos riscos da degradação do meio ambiente que começaram, de forma ainda modesta, nos anos 60, ganhando corpo ao início dos anos 70, possibilitando a primeira grande discussão a nível mundial na Conferência de Estocolmo em 1972. O Estudo do Clube de Roma reafirma a necessidade de que se olhe para o mundo a partir de uma perspectiva global e de longo prazo. Segundo Meadows (apud BRÜSEKE, 1995, p. 30), as teses e conclusões básicas a que chegaram os pesquisadores envolvidos em tal discussão são as seguintes:

1. Se as atuais tendências de crescimento da população mundial - industrialização, poluição, produção de alimentos e diminuição de recursos naturais - continuarem imutáveis, os limites de crescimento neste planeta serão alcançados algum dia dentro dos próximos cem anos. (...)

⁴ MEADOWS, Dennis L., MEADOWS, Donella H., RANDERS, Jörgen & BEHRENS, William W. (1972). *Limites do Crescimento - um relatório para o Projeto do Clube de Roma sobre o dilema da humanidade*. São Paulo: Perspectiva. Vinte anos depois dessa publicação, em 1992, apareceu dos mesmos autores: *Beyond the Limits*. Post Mills, Vermont, Chelsea Green Publishing Co. (apud BRÜSEKE, 1995, p. 29).

2. É possível modificar estas tendências de crescimento e formar uma condição de estabilidade ecológica e econômica que se possa manter até um futuro remoto. O estado de equilíbrio global poderá ser planejado de tal modo que as necessidades básicas de cada pessoa na Terra sejam satisfeitas, e que cada pessoa tenha igual oportunidade de realizar seu potencial humano individual.

3. (...)

Rediscute-se, em verdade, aqui, a velha tese de Malthus do perigo do crescimento desenfreado da população mundial. Dessa forma, na tentativa de se alcançar uma necessária estabilidade econômica e ecológica, defende-se a tese do crescimento zero (BRÜSEKE, 1995, p. 30). Essa tese significa, em verdade, um ataque direto à filosofia do crescimento contínuo da sociedade industrial e uma crítica indireta às teorias de desenvolvimento que se basearam nela.

Outra abordagem sobre tal problemática surge com Mahbub ul Haq⁵. Este autor levanta a tese de que "as sociedades ocidentais, depois de um século de crescimento industrial acelerado, fecharam este caminho de desenvolvimento para os países pobres, justificando essa prática com uma retórica ecologista" (BRÜSEKE, 1995, p. 30). Em realidade, essa argumentação apenas traz à lume grandes divergências e desentendimentos no discurso global sobre a questão ambiental e o desequilíbrio sócio-econômico.

3.2 A proposta alternativa do Ecodesenvolvimento

O canadense Maurice Strong utilizou de forma pioneira, em 1973, o conceito de Ecodesenvolvimento para caracterizar uma concepção alternativa de desenvolvimento (BRÜSEKE, 1995, p. 31). O economista Ignacy Sachs⁶ procurou traçar alguns princípios básicos acerca dessa nova visão desenvolvimentista, a partir da integração de seis aspectos, os quais deveriam trilhar os caminhos desta nova concepção de desenvolvimento: a) a satisfação das necessidades básicas; b) a solidariedade com as gerações futuras; c) a

⁵ HAQ, Mahbub ul (1976). *The poverty curtain - choices for the Third World*. Nova York (apud BRÜSEKE, 1995, p. 30).

⁶ SACHS, Ignacy (1976). "Environment and styles of development". In: MATTHEWS, (org.) *Outer limits and human needs. Resources and environmental issues on development strategies*. Uppsala, Dag-Hammarskjöld Foundation (apud BRÜSEKE, 1995, p. 39).

participação da população envolvida; d) a preservação dos recursos naturais e do meio ambiente em geral; e) a elaboração de um sistema social garantindo emprego, segurança social e respeito a outras culturas; e f) programas de educação (BRÜSEKE, 1995, p. 31).

Em realidade, implícita nessa concepção de Ecodesenvolvimento está uma crítica da sociedade industrial e do modelo de modernização industrial a ser seguido pelas regiões do Terceiro Mundo, ainda não desenvolvidas.

3.3 A Declaração de Cocoyok

A Declaração de Cocoyok⁷ surgiu como resultado da reunião da UNCTAD (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio-Desenvolvimento) e do UNEP (Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas) em 1974 (BRÜSEKE, 1995, p. 31). Após arrolar várias hipóteses acerca da relação meio ambiente-desenvolvimento, afirma-se que “não existe somente um mínimo de recursos necessários para o bem-estar do indivíduo; existe também um máximo. Os países industrializados têm que baixar seu consumo e sua participação desproporcional na poluição da biosfera” (BRÜSEKE, 1995, p. 32).

3.4 O Relatório Dag-Hammarskjöld

A Fundação Dag-Hammarskjöld, com a participação de pesquisadores oriundos de 48 países publicou, em 1975, um relatório acerca da problemática do desenvolvimento desenfreado e da degradação ecológica daí resultante. Este relatório divide com a Declaração de Cocoyok um certo tipo de “otimismo que se baseia na confiança de um desenvolvimento a partir da mobilização das próprias forças (*self-reliance*)” (BRÜSEKE, 1995, p. 32).

Na verdade, esses dois documentos expressam um radicalismo maior do que os documentos até então divulgados, na medida em que propõem mudanças na estrutura da propriedade no campo, a partir do controle dos produtores sobre os meios de produção⁸.

⁷ Declaração de Cocoyok (1974), publicada em: BMZ (org.) (1975), *Entwicklungspolitik Materialien*, n.º 49, Bonn, p. 1-9 (apud BRÜSEKE, 1995, p. 31).

⁸ Exatamente por isso, os dois relatórios dividem a conseqüente rejeição ou omissão por parte dos governos dos países industrializados e dos cientistas conservadores.

3.5 O Relatório Brundtland

Segundo o Relatório Brundtland⁹, desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações poderem satisfazer suas próprias necessidades. Este relatório parte de uma análise dos problemas sócio-econômicos e ecológicos de uma sociedade em escala global, sublinhando a interligação entre economia, tecnologia, sociedade e política. Para isso, chama a atenção a respeito da necessidade de uma nova postura ética, “caracterizada pela responsabilidade tanto entre as gerações quanto entre os membros contemporâneos da sociedade atual” (BRÜSEKE, 1995, p. 33).

Várias medidas para a consecução destes objetivos são apresentadas pelo relatório, entre as quais podemos destacar as seguintes:

- 1) limitação do crescimento populacional;
- 2) garantia da alimentação a longo prazo;
- 3) preservação da biodiversidade e dos ecossistemas;
- 4) diminuição do consumo de energia e desenvolvimento de novas tecnologias baseadas no uso de fontes energéticas renováveis;
- 5) produção industrial estabelecida à base de tecnologias ecologicamente adaptadas;
- 6) controle da urbanização desenfreada e melhor adequação da relação cidade-campo;
- 7) satisfação das necessidades básicas das populações mais carentes.

A partir dessas medidas o relatório estabelece as metas a serem seguidas em nível internacional, que podem ser resumidas no dístico de que as organizações do desenvolvimento devem adotar a estratégia do desenvolvimento sustentável a partir da proteção dos ecossistemas supranacionais.

Se comparado com as discussões levadas a cabo nos anos 70 (Declaração de Cocoyok e Relatório Dag-Hammarskjöld) o Relatório Brundtland mostra um maior grau de realismo, pois não propaga nem a dissociação ou a estratégia de *self-reliance* nem o abandono por inteiro do crescimento econômico.

⁹ O Relatório Brundtland (ou *Nosso Futuro Comum*) é o resultado do trabalho da Comissão Mundial (da ONU) sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (UNCED).

Contudo, uma advertência se faz necessária, na medida em que dedica um espaço bastante diminuto à crítica à sociedade industrial e aos países industrializados, não toca na questão da propriedade da terra que envolve os grandes latifúndios improdutivos (principalmente nos países do Terceiro Mundo) e, ainda, torna a superação do subdesenvolvimento dos países do hemisfério sul quase que totalmente dependente do crescimento continuado dos países industrializados.

3.6 A Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED)

Em junho de 1992, na cidade do Rio de Janeiro, reuniram-se cerca de 35 mil pessoas entre chefes de governos, cientistas, políticos, jornalistas e representantes de Organizações Não-Governamentais (ONG's), para discutir a questão do meio ambiente. Segundo alguns críticos, o único avanço efetivado foi a discussão acerca da necessária consciência sobre os perigos que o atual modelo de desenvolvimento representa para a população mundial. A interligação entre desenvolvimento sócio-econômico e as transformações ocorridas no meio ambiente passou, com esta conferência, a fazer parte do discurso oficial da maioria dos governos do mundo. Nesse sentido, o que os críticos fazem questão de ressaltar é que a conferência não passou além de um discurso recheado de "boas intenções", porém sem deixar de concreto¹⁰.

É, contudo, justamente esta perspectiva "naturalista", ambientalista, ecologizante, segundo a qual bastaria apenas uma melhor utilização dos recursos para que tudo se resolvesse, para que se alcançasse um presumido desenvolvimento "justo e ideal", que deve se fazer objeto de crítica, não para abandonar de todo esta proposta desenvolvimentista, mas sim para colocá-la nos termos em que realmente possa se viabilizar enquanto proposta de preservação não somente da natureza, mas acima de tudo do homem.

4. A insustentabilidade do discurso

Transparece dentro da perspectiva adotada pelos teóricos defensores do desenvolvimento sustentável, exposta nos parágrafos anteriores, a idéia de que

¹⁰ É fato sobejamente conhecido de que muitos problemas surgiram durante o desenrolar da UNCED, principalmente em consequência da pressão feita pelos Estados Unidos em favor da eliminação das metas e dos cronogramas para a eliminação de CO₂ do acordo sobre o clima, além de que a convenção sobre a biodiversidade teve a falta da assinatura dos Estados Unidos (BRÜSEKE, 1995, p. 34).

a crise ambiental nada mais é do que resultado de um determinado padrão de produção e consumo dos países desenvolvidos, sobretudo. Para resolver o problema, portanto, bastaria a construção de um novo tipo de desenvolvimento, no caso, mais sustentável em termos ambientais, que buscasse racionalizar a utilização dos recursos naturais não-renováveis, adequando-se a necessidade do desenvolvimento presente, sem comprometer a possibilidade do desenvolvimento futuro.

Por essa via, pode-se ver a semelhança da perspectiva adotada com outra, a da idéia da competitividade, na medida que uma e outra surgem a partir do mesmo processo de transformações do padrão de desenvolvimento iniciado nos anos 60, baseado sobretudo no padrão do dólar americano e que, em fins dos anos 70, entrou em crise, levando a todo um processo de reorganização, a nível mundial, do sistema capitalista. Esta reorganização levou, também, a todo um corolário processo de reestruturação econômica dos países, inicialmente nos mais avançados, depois nos periféricos e atrasados, cujo movimento de transformação se dá via reestruturação produtiva e patrimonial das grandes empresas do mundo capitalista.

Esta linha de análise é a que propõe BECKER (1996, p. 27) quando afirma que:

Este processo se assenta numa revolução tecnológica dos métodos de produção por excelência racionalizadora de tempo, espaço e materiais. Racionalizar passou a significar eliminar do processo produtivo todos os 'desperdícios', todas as irracionalidades. Dessa forma, elevou-se fantásticamente a produtividade, potencializando a valorização produtiva e, assim, viabilizando a financeirização da riqueza via crescente valorização financeira dos ativos.

Em realidade, cabe observar que este processo tem tudo a ver com outro processo que se dá de forma simultânea e que busca levar a uma transformação dos diferentes padrões de competitividade, "dando forma e conteúdo a novos padrões de concorrência intercapitalista." (BECKER, 1996, p. 28)

Não é por nada que, concomitantemente a todo o processo de reorganização produtiva e de globalização da economia mundial, vem a público o *Relatório Meadows* do Clube de Roma e, também, realiza-se a

Conferência da ONU que se propõe a tratar especificamente da questão ambiental (1972, na cidade de Estocolmo, e 1992, na cidade do Rio de Janeiro, sendo nesta última denominada de "ECO-92").

A respeito, assinala BECKER (1996, p. 28):

Nem a publicação do Clube de Roma, nem a conferência de Estocolmo [nem as dificuldades do padrão dólar] caíram do céu. Elas foram a consequência de debates [da especulação contra a moeda americana] sobre os riscos da degradação do meio ambiente que, de forma esparsa, [de forma contínua e persistente] começaram nos anos 60, e ganharam no final dessa década e no início dos anos 70 uma certa densidade [insustentabilidade], que possibilitou [levou] à primeira grande discussão [crise] internacional, culminando na [no] Conferência de Estocolmo em 1972 [fim do padrão dólar no mesmo ano]. Qualquer semelhança terá sido mera coincidência.

Neste sentido, o já referido Relatório Brundtland traz uma proposta "revolucionária" de defesa do meio ambiente e dos recursos naturais que procura "atender às necessidades presentes sem comprometer as gerações futuras".

Assim, conforme aduz BECKER (1996, p. 29):

Racionalizar a quantidade na exata medida qualitativa necessária para melhorar o desempenho competitivo das empresas e das nações foi em si meio e fim para viabilizar um novo padrão de acumulação. Os programas de qualidade total bem como toda a normalização contida na série ISO 31 difundem para o mundo essa lógica, já que foi impossível racionalizar o irracionalizável.

Ou seja, devemos colocar as coisas nos seguintes termos: não se trata de discutir a sustentabilidade em termos abstratos, mas sim a sustentabilidade ou

não do processo de desenvolvimento capitalista, buscando-se identificar qual é a força essencial que se encontra na base da dinâmica deste modo de produção, para então, aí sim, poder-se discutir a *sua* sustentabilidade ou não.

Cumpra, pois, a esta altura da discussão, lembrar aquilo que Marx já demonstrara com grande ênfase e genialidade há mais de um século. Na base do desenvolvimento capitalista está o capital, entidade que só tem existência como processo ou movimento naquilo por ele (Marx) denominado de circuito do capital (D - M - D'). Neste sentido, a base de funcionamento do capitalismo como um todo está dada pela incessante busca de valorização e expansão do capital, via produção de mercadorias cujo valor de troca suplante o valor despendido na produção¹¹.

A busca desta expansão constante é, logicamente, inerente ao modo capitalista de produção, ou, na forma colocada pelo próprio MARX (1995, Livro I, vol. I, p. 165-175):

A circulação do dinheiro como capital, ao contrário, tem sua finalidade em si mesma, pois a expansão do valor só existe nesse movimento, continuamente renovado. Por isso, o movimento do capital não tem limites.

Trata-se, conforme se pode verificar, de um objetivo puramente quantitativo (a primazia do valor-de-troca sobre o valor-de-uso no sistema capitalista), validado pela primazia do mercado. Escudado em um critério monetário, puramente quantitativo e unidimensional, este mercado sanciona e direciona o desenvolvimento (seja de que tipo for) compatíveis com a lógica de acumulação e expansão capitalista. Assim, a eficiência produtiva, mesmo que às custas de uma ineficiência social e ambiental (natural), é uma necessidade de sobrevivência no quadro de um capitalismo de mercado.

Nessa medida,

Enquanto em outras culturas, os critérios de sanção social responsáveis, por exemplo, pela adoção

¹¹ Cumpra apenas lembrar que, ponto de vista do *capital em geral (global)*, tanto o capital financeiro (D - D'), quanto o capital comercial, apenas se apropriam de parcela do excedente gerado na produção, podendo assim ser desprezados em uma análise global do processo.

ou não de uma nova tecnologia, eram calcados em critérios qualitativos (culturais, éticos e religiosos, como o são as tradições, as crenças míticas, os valores comunitários, etc.), no capitalismo tal desenvolvimento vai ser sancionado e dirigido pelas forças de mercado, pela sua capacidade de gerar lucro ou não. Em outras palavras, enquanto em outras sociedades o próprio crescimento econômico e tecnológico estava sujeito a um controle político da sociedade, no capitalismo tal desenvolvimento pode buscar a sua livre expansão no mercado, dirigido e sancionado pela concorrência econômica. Do controle qualitativo, passamos à primazia do quantitativo. (STAHEL, 1995, p. 107-108. Grifo nosso)

Nesta mesma linha, KURZ (1996) faz sua análise acerca da problemática do dinheiro enquanto elemento básico e determinante da lógica e do *modus operandi* da economia moderna capitalista. Este dinheiro (que se torna capital), representa apenas uma *abstração social*, “pois abstrai de todo o conteúdo qualitativo e sensível”. Em relação a isso, portanto, a moeda representa trabalho social em forma abstrata, “despida e purificada” de qualquer determinação social concreta. Assim, segundo KURZ, “à medida que a moeda põe-se a meio caminho entre homem e natureza, esta última é determinada. A moeda, portanto, também é a raiz da força destrutiva da economia [capitalista] moderna”. Essa, além de ser fruto do progresso técnico, também o é da transformação da moeda que, de um meio auxiliar nas trocas, passou a ser um fim em si mesma.

Desta forma, na medida que a moeda aparece, *fetichizadamente*, como um “capital produtivo”, na medida em que pode multiplicar a si mesmo, determina-se que o objetivo último do mundo moderno não seja a reprodução material da própria vida (e da natureza enquanto fundamento desta última), mas o acúmulo de ganhos (lucros) sob a forma de moeda (capital).

A partir desta vertente de estudo, pode-se identificar outro aspecto importante da primazia da moeda nas sociedades modernas e que traduz-se pela afirmação de que o progresso tecnológico, corolário destas, tem de submeter-se inexoravelmente à lógica da forma monetária, “sendo por esta impregnado”. Logo, todo “conteúdo sensível da produção” é submetido a um

procedimento econômico puramente quantitativo, enquanto determinação da prevalecente lógica da racionalidade monetária.

Neste sentido, SILVA (1993, p. 7 e 8), ao entrar no debate acerca da *agricultura alternativa*, entendida essa enquanto um dos aspectos imersos dentro da proposta de desenvolvimento sustentável, afirma o seguinte:

As discussões acerca da agricultura alternativa devem considerar como ponto de partida a idéia de que a destruição dos recursos naturais, a geração de milhares de bóias-frias e o uso de ingredientes nocivos à saúde da população para ‘saciar a ganância’ por maiores lucros são apenas ilustração da contribuição mais geral do sistema capitalista, onde a produção constitui um ato social por excelência, enquanto a apropriação dos meios de produção e dos resultados dessa produção social são privados. Assim, não se pode fazer a crítica isolada das tecnologias, mesmo porque elas são métodos e processos de organização da produção adequados ao sistema capitalista na qual se inserem.

Com isso, as decisões de inovar ou não, de adotar tal ou qual método produtivo, são exigências da própria dinâmica de acumulação e reprodução do modo de produção capitalista e, “mais particularmente, das variáveis relacionadas à repartição da mais-valia social” (SILVA, 1993, p. 8). Ou seja, as tecnologias são apenas “expressão num momento determinado das forças produtivas, as quais são produto (resultado) de fenômenos sociais em si mesmos” (SILVA, 1993, p. 9).

SILVA (1993, p. 11) resume o debate em três pontos conclusivos, a saber:

Em primeiro lugar, a tecnologia é uma variável resultado: ela é a consumação do capitalismo moderno [depredador dos recursos naturais pela utilização de ‘tecnologias más’], não a sua causa inicial.

Em segundo lugar, são as mudanças nas relações sociais de produção que possibilitam o desenvolvimento das forças produtivas. (...) [Ou seja], primeiro mudam as relações sociais de produção

mantendo-se, inclusive, a base técnica da formação social anterior.

Em terceiro lugar, o que impulsiona estas transformações é o conflito das relações que os homens estabelecem entre si com as bases materiais sobre as quais estas relações estão se desenvolvendo. Mais especificamente, a contradição entre as forças produtivas e as relações de produção é a que existe entre as condições de apropriação da natureza (todas as relações sociais, fatores culturais e físicos, que intervêm no processo de produção) e as condições de expropriação (as relações que determinam a propriedade e a distribuição do produto.

Estes três aspectos conclusivos expostos por SILVA, remetem a outro, de igual importância, qual seja de que a contradição do sistema capitalista contemporâneo está na divisão entre, por um lado, um volume enorme de produção que é um "ato social por excelência" e, por outro, na apropriação dos meios de produção e dos resultados desta produção social que são, acima de tudo, privados.

Ou seja, as relações sociais que determinam a propriedade privada dos meios de produção e a distribuição do produto entre capital e trabalho (ou se preferirem, entre renda da terra, lucro e salários) estão em crescente conflito entre as forças produtivas que se desenvolvem no próprio sistema capitalista. [Assim], a destruição dos recursos naturais [por consequência, do meio ambiente] (...) [é] apenas [ilustração] da contradição geral que acabamos de apresentar. (SILVA, 1993, p. 12. Grifo nosso)

Em verdade, as relações que se estabelecem entre os homens e a natureza são resultantes das relações que os homens estabelecem entre si¹². Por isso,

¹² "O homem, diferentemente dos outros animais, tem necessidades e aspirações não naturais (no sentido de que podem ser encontradas prontas na natureza). Se a humanidade



deve-se reter que os defensores da perspectiva da sustentabilidade (no que diz respeito à agricultura, defensores de um "capitalismo verde"), estão apenas imbuídos da idéia de organizar a anarquia inerente à produção capitalista, dos monopólios e oligopólios modernos.

Isto implicaria que, neste "capitalismo verde", seriam preservados não apenas os recursos naturais, mas também, e acima de tudo, infelizmente, as relações de produção existentes. Ter-se-ia, portanto, "um 'capitalismo domesticado', onde os malvados [poluem] e os bonzinhos [despoluem], sem que isso ameace o sistema, sem que se altere na sua essência a exploração da classe trabalhadora: uns continuariam poluindo, enquanto outros venderiam os equipamentos e as drogas necessárias para restabelecer o 'equilíbrio da natureza'" (SILVA, 1993, p. 14).

Neste ponto, SILVA coloca uma questão chave: não há como se pensar em desenvolvimento, em tecnologias, em "agricultura alternativa" em abstrato. Alternativa a quê? Às relações sociais ou ao modo de produção? Ou ao bolso dos empresários capitalistas que podem, ao mesmo tempo, realizar mais lucros, ser mais competitivos e carregar, também, a imagem de "bonzinhos" e defensores do meio ambiente?

Vê-se, então, por tudo já afirmado, que o cálculo empresarial exige a "redução abstrata dos custos", sem levar em conta aquele tão importante "conteúdo sensível" e as consequências naturais. Prevalece, como já afirmou BECKER (1996), para favorecer critérios de competitividade, prevalece a qualidade do "design" do produto isoladamente, em detrimento da qualidade do mundo exterior à empresa. Resultado? Belos produtos, num mundo natural (meio ambiente) totalmente agredido e degradado. A respeito, ainda, afirma KURZ (1996): "Do ponto de vista empresarial, a natureza e o futuro são espaços economicamente vazios para além do cálculo de custos nos quais os 'excrementos produção' (Marx) desaparecem sem deixar vestígios". Com isso, os ganhos no plano monetário vêm aliados a uma "orgia de desperdício" no plano dos recursos naturais.

Na realidade, o que se requer, dentro da perspectiva do desenvolvimento

desaparecesse da superfície da terra, o trigo desaparecerá menos de um quarto de século depois; e o mesmo ocorreria com todas as plantas cultivadas, as árvores frutíferas e os animais destinados ao consumo. Todas essas criações do homem subsistem apenas porque as defendemos da natureza." (FOURASTIÉ, Jean. *Por que trabalhamos?* . 6ª ed. Buenos Aires, 1961, apud SILVA, 1993, p. 13).

sustentável, é uma compreensão adequada, menos “romântica”¹³, acerca do processo social que levou à crise dos padrões de desenvolvimento e consumo nos dias de hoje. Dito de outra forma, as conseqüências ambientais do padrão atual de desenvolvimento são determinadas pela forma como os seres humanos utilizam os recursos do planeta e são, por isso mesmo, como que predeterminadas pelo padrão de relações entre os próprios seres humanos.

Neste sentido, GUIMARÃES (1991, p. 9) expõe aquilo por ele denominado de “paradoxos do discurso sobre sustentabilidade”:

O primeiro se daria pelo fato de que o discurso sobre sustentabilidade surge no mesmo momento em que os centros do poder mundial declaram, alto e bom tom, a falência do Estado como motor do desenvolvimento e propõem sua completa substituição pela lógica do mercado. Ora, ao se analisar de perto a noção de sustentabilidade constata-se que a sustentabilidade do desenvolvimento requer precisamente um mercado regulado e um horizonte de longo prazo para as decisões públicas.

Entre otros motivos, porque actores y variables como 'generaciones futuras' o 'largo plazo' son extrañas al mercado, cuya señales responden a la asignación óptima de recursos en el corto plazo. Lo mismo se aplica, con mayor razón, al tipo específico de escasez actual. Si la escasez de recursos naturales puede, aunque imperfectamente, ser afrontada en el mercado, elementos como el equilibrio climático, la biodiversidad o la capacidad de recuperación del ecosistema, trascienden a la acción del mercado. La primera paradoja se resume, pues, a si estamos delante de una dicotomía sólo aparente o si se trata, en efecto, de una propuesta cuyos requisitos no se compadecen con la realidad actual y sólo se logran armonizar a nivel retórico; constituyéndose, por tanto, en una propuesta desprovista de cualquier contenido social relevante. (GUIMARÃES, 1991, p. 10)

¹³ A respeito, ver LÊNIN, V. I. *Acerca del Romanticismo Económico*. Editorial Progreso, Moscú, (s. d.).

No tocante ao segundo paradoxo, GUIMARÃES inicia colocando suas dúvidas a respeito da unanimidade intelectual e oficial no tocante às propostas em favor do desenvolvimento sustentável. Para ele, é impressionante, para não dizer contraditório, tal fato pois, “resulta imposible encontrar un sólo actor social de importancia en contra del desarrollo sustentable” (GUIMARÃES, 1991, p. 10). Deve-se ressaltar o fato de que, a maioria das análises sobre o desenvolvimento do sistema capitalista alicerçam-se sobre a própria história das lutas sociais (de classes) que põe em movimento este sistema, em cuja base estão imbricados atores cuja orientação de ação, na maioria das vezes, é estabelecida a partir do antagonismo de seus interesses ao longo do processo de desenvolvimento. Aduz o autor:

Es así, por ejemplo, que la industrialización se ha contrapuesto, durante largo tiempo, a los intereses del agro, dislocando el eje de la acumulación del campo a la ciudad; del mismo modo como el avance de los estratos de trabajadores urbanos provocó efectos negativos para la masa campesina. (GUIMARÃES, 1991, p. 10)

Neste sentido, pois, há que se perguntar: Quais são os atores sociais promotores do desenvolvimento sustentável? Não se deve esperar que sejam os mesmos que constituem a base social do padrão atual de desenvolvimento, “los cuales tienen, por supuesto, todo a perder y muy poco a ganar con el cambio” (GUIMARÃES, 1991, p. 10).

Um terceiro paradoxo está no fato de que se faz uso da noção de sustentabilidade para introduzir o que equivaleria a uma “restrição ambiental” no processo de acumulação capitalista, sem afrontar-se, contudo, as condições institucionais e políticas que regulam a propriedade, o controle e o acesso aos recursos naturais. No máximo, o que se propõe, é o estabelecimento de um preço à natureza, levando a um corolário processo de privatização (ainda maior) desta. Segundo GUIMARÃES (1991, p. 12), “és suficiente indicar que tal lógica obedece mucho más al avance ideológico del neoliberalismo que a la lógica de funcionamiento de los ciclos vitales de la naturaleza”.

Em suma, da maneira como está posta, embalada apenas numa “pregação ecológica”¹⁴, a “nova” idéia de desenvolvimento sustentável (e sua aceitação),

¹⁴ Aliás, muito mais do que uma “pregação ecológica”, a forma de encaminhamento da possibilidade do desenvolvimento sustentável, leva a que se coloque tal discussão num

erige-se como a tentativa de implementação de uma proposta de mudança precisamente para se garantir que nada mude, transformando o discurso da sustentabilidade numa quimera, numa pura ilusão.

5. À guisa de conclusão

Deve-se deixar claro, nestas considerações finais, que não se está entendendo inviável a perspectiva do desenvolvimento sustentável. O que se tentou foi traçar alguns elementos que procurassem demonstrar qual os limites existentes no viés, até agora hegemônico, prevaletente no discurso da sustentabilidade.

Da forma como está posto, na medida que a perspectiva da sustentabilidade tem sido evocada como “uma nova bandeira de luta, como reação social e política à racionalidade econômica” (BECKER, 1996, p. 33), a noção de desenvolvimento sustentável torna-se funcional ao sistema capitalista, compondo com a competitividade “um duplo movimento contrário, complementar e de difícil equilíbrio: o movimento da expansão contínua do mercado.” (BECKER, 1996, p. 33). Neste sentido, a sustentabilidade surge como se fosse o “reencantamento do mundo, ou da modernidade”, configurando, dessa forma, uma nova racionalidade ao desenvolvimento do modo de produção capitalista.

Nesse sentido, já se assinalou que um dos principais paradoxos contidos na proposta de desenvolvimento sustentável surge a partir do momento em que se declara o triunfo da lógica do mercado sobre o Estado.

Em verdade, a sustentabilidade do desenvolvimento exige, ao contrário do comumente afirmado, a democratização do Estado e não seu abandono e substituição pelo mercado. Nesta linha, muito bem expõe GUIMARÃES (1991, p. 13) quando coloca que “la falência del Estado autoritário dé lugar a propuestas de dismantelamiento del aparato regulador público equivale al dicho popular de ‘echar al bebé junto con la água del baño’”. Assim, com um Estado democratizado, sob controle da sociedade civil, poderiam se resolver várias questões que dizem respeito à sustentabilidade do crescimento econômico

verdadeiro “brete ecológico”, o qual não leva a lugar nenhum. Basta ver, por exemplo, que o direcionamento de recursos a projetos que tratem de emprego, educação, etc., são em sua maioria negados pela maioria dos governos dos países subdesenvolvidos, enquanto projetos que tratem apenas da questão ambiental são facilmente atendidos.

pois, se é certo que não se pode esperar a recuperação do processo de crescimento nas economias capitalistas, principalmente nos países subdesenvolvidos, sem que se incremente a disponibilidade dos recursos produtivos, também torna-se irreal imaginar que tal recuperação possa adquirir um caráter de sustentabilidade se não se resolvem as situações de extrema desigualdade no acesso e distribuição dos recursos naturais, econômicos e políticos, entre as classes mais desprivilegiadas do anárquico mundo do capital.

Ou seja, deve-se ser entendido o signo sustentável dado ao conceito de desenvolvimento, não apenas do ponto de vista ambiental, mas também, e acima de tudo, do ponto de vista econômico, social e político, que são dimensões esquecidas pela maioria dos “pregadores” do “admirável mundo novo” da sustentabilidade. Sobre isso, muito bem coloca BECKER (1996, p. 37 e 39) ao afirmar que:

[Deve-se] pensar o desenvolvimento sustentável como um projeto alternativo, que num primeiro momento pode até ser funcional ao sistema, mas com o tempo, quem sabe, [poderá] se transformar num processo emancipatório, já que este é o momento para que outros aspectos da vida humana, além do econômico material, possam ser reintegrados ao processo de desenvolvimento, pois serão, sem dúvida, possibilitadores de trocas via diferenciação (...). Para isso, é necessário superar dois desafios: criar alternativas para reconciliar os diversos aspectos do processo de desenvolvimento social, econômico, político, tecnológico, cultural e ambiental e recuperar a possibilidade de fazer renascer no indivíduo a diferença, o plural e o diverso.

Contudo, antes que isso se efetive, várias questões devem (se puderem) ser respondidas pelo discurso da sustentabilidade. É possível conciliar o “socialmente equitativo”, o “ambientalmente equilibrado” e o “economicamente eficiente e produtivo”? É possível se definir novas prioridades ao ensino e à pesquisa, passando da perspectiva da produtividade para a perspectiva da preservação dos recursos naturais? Como construir verdadeiros indicadores de sustentabilidade? Como tratar, e aqui o fundamental, no mesmo nível, as questões técnicas, ambientais, políticas e sociais?

O problema, enfim, não está na "insustentabilidade do atual padrão de desenvolvimento do sistema", mas sim no próprio sistema, tal qual está dado. O atual sistema capitalista, escorado na pura lógica do mercado, na financeirização da riqueza, sob a forma monetária, pode ser tudo, menos insustentável. Deve-se, isto sim, questionar as bases a partir das quais tais características se dão. Pois, ao se tentar conciliar dinheiro (crescimento equilibrado) e natureza (desenvolvimento sustentável), "sobre o pano de fundo de um mercado global pautado pela eficiência econômica e pelo desafio ecológico" (KURZ, 1996), estar-se-á apenas e inutilmente tentando conciliar lobo e cordeiro.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Jalcione (1995). Da ideologia do progresso à idéia de desenvolvimento (rural) sustentável. In: *Conferência internacional: tecnologia e desenvolvimento rural sustentável*. Porto Alegre, set. 1995, p. 17-28.
- BECKER, Dinizar Fermiano. *Desenvolvimento participante-criativo: uma primeira aproximação exploratória do tema*. Lajeado: Fundação Alto Taquari de Ensino Superior, 1994, (Mimeogr.).
- _____. *Competitividade: um novo padrão de desenvolvimento regional*. REDES, Santa Cruz do Sul, v.1, n. 1, p. 09-56, 1996.
- _____. *Sustentabilidade: um novo (velho) paradigma de desenvolvimento regional*. REDES, Santa Cruz do Sul, v.1, n. 2, p. 17-75, 1996.
- BRÜSEKE, Franz Josef (1995). O problema do Desenvolvimento Sustentável. In: VIOLA, Eduardo et alii (org.). *Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais*. Santa Catarina: Cortez, 1995, p. 29-40.
- Comision Económica para América Latina y el Caribe. *El desarrollo sustentable: transformación productiva, equidad e medio ambiente*. Santiago: CEPAL, 1991. 146 p.
- COUTINHO, Luciano, FERRAZ, João Carlos (1994). *Estudo da competitividade da indústria brasileira*. 2. ed. Campinas: Papyrus/Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1994. 510 p.
- DIEHL, Isani, VARGAS, Paulo Rogério (1996). *Paradoxo da globalização: da pressuposição do fim do estado-nação à realidade do retorno do estado*. 1996.

(Inédito).

- DOLFUS, Oliver. Geopolítica do sistema-mundo. In: SANTOS, Milton et al. (org.). *O novo mapa do mundo: fim de século e globalização*. São Paulo: Hucitec, 1994. p. 23-45.
- FERRAZ, João Carlos et al. *Made in Brasil: desafios competitivos para a indústria*. Rio de Janeiro: Campus, 1996, 386 p.
- GUIMARÃES, Roberto. *Contexto y prioridades de la cooperación internacional para el desarrollo sustentable en América Latina*. SINTESIS: Revista Documental de Ciências Sociales Iberoamericanas. Madrid, sept./dec. 1994.
- KURZ, Robert (1996). *O programa suicida da economia*. Folha de São Paulo, São Paulo, 02 jun. 1996. Caderno Mais, p.13.
- MARX, Karl (1975). *O capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- SANTOS, Theotônio dos. *Globalização e regionalização na economia mundial*. (Mimeogr.)
- SILVA, José Graziano da. Uma agricultura alternativa ou um capitalismo verde? In: *Conferência internacional tecnologia e desenvolvimento sustentável*. Porto Alegre, set. 1995.
- STAHEL, Andri Werner. Capitalismo e entropia: os aspectos ideológicos de uma contradição e a busca de alternativas sustentáveis. In: CAVALCANTI, Clóvis (org.). *Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1995.